

NOTA DE ABERTURA

Este n.º 3 do *International Journal of Philosophy and Social Values* abre com um *Dossier* dedicado ao tema da identidade europeia. O nosso objetivo, ao propor este tema à reflexão, era duplo. Por um lado, abordar, de uma forma serena e reflectida, alguns problemas que hoje ocupam as primeiras páginas dos jornais, de que as discussões em torno do Brexit constituem apenas o lado mais visível; por outro lado, ultrapassando as questões imediatas, mas sem as perder de vista, propor aos leitores da revista uma reflexão sobre os valores que fundam e estruturam o projecto europeu, nas suas vertentes políticas e económicas, mas também sociais e culturais. Subjazia à nossa chamada de artigos – como era facilmente apreensível para quem a leu – a ideia, no fundo trivial, de que a Europa, cuja identidade nos propúnhamos debater, é muito mais do que um acidente da geografia, um mero continente limitado pelos mares e oceanos (a Sul, a Oeste e a Norte) e pelos Montes Urais, a Leste.

É assim que, em «Europeism and “complex sovereignty”», Acílio Silva Estanqueiro Rocha nos fala das dificuldades em configurar, de um ponto de vista político, a Europa. O modelo proposto por Kant no século XVIII pode hoje parecer, à primeira vista, pouco ambicioso, tendo em conta os processos de integração das nações europeias, do ponto de vista económico, político ou mesmo militar; mas, por outro lado, como mostra o autor, as tendências para defender o «estado-nação», como entidade quase metafísica, são ainda fortes e o federalismo europeu é encarado, por alguns, como uma ameaça à liberdade e autonomia dos povos. Todavia, defende o autor que o paradigma cosmopolítico proposto por Kant, aprofundado de acordo com os avanços no processo de integração que se verificaram nos últimos anos, constitui ainda a

melhor solução, tanto para a defesa da democracia, como para assegurar a coesão entre os estados membros. Hábitos comunitários e transnacionais fazem já parte, como o autor põe em evidência, de um consenso alargado entre os cidadãos europeus: assim, por exemplo, cidadãos de diferentes estados membros aceitam já que uma parte dos seus impostos seja aplicada na construção de infra-estruturas em outros estados.

Já o artigo de Dan Simbotin, «Self-consciousness and “The European Citizenship”. The Complexity of Developing and Assimilating a Concept», parece encarar com alguma prudência o processo de transferência de soberania dos antigos estados nacionais para uma entidade supra-estadual. O autor reflecte, sobretudo, sobre as dificuldades do conceito de cidadania europeia, interrogando-se sobre a possibilidade de usar um conceito – bem como a prática que lhe corresponde – que, historicamente, teve a sua génese no âmbito de estados nacionais, para um quadro político transnacional de contornos ainda indecisos.

O artigo de Nuno Venturinha, «Varieties of Assent: A Historical Perspective» só parecerá desenquadrado da discussão sobre a identidade europeia para quem do tema tenha uma visão que o reduz ao plano da integração política e económica, tal como ela é colocada nos dias de hoje. Na realidade, como dissemos a abrir esta apresentação, a Europa é mais do que um continente: ou seja, os seus limites não são apenas os da geografia, por um lado, os da história política e militar por outro. O que podemos designar pela expressão – algo ambígua, em todo o caso – de projecto europeu envolve, igualmente, o reconhecimento de um conjunto de valores que, partilhados pelos povos europeus, são considerados (e não apenas pelos europeus) como universalmente partilháveis. Um deles é o da tendência para a verdade, o esforço por dizê-la e permanecer-lhe fiel. Explorá-los foi, historicamente, a tarefa dos filósofos. É um percurso, numa linha de pensamento bem definida, pelas etapas fundamentais que marcaram essa tendência e esse esforço que nos propõe o autor no seu artigo.

Fora do *Dossier*, começamos com um artigo de Jorge Teixeira da Cunha, «Um regresso a Karl Marx após o comunismo. Ensaio de ética teológica». Razões várias não permitiram que este ensaio fosse

publicado no número anterior da revista, onde teria o seu lugar no *Dossier* então dedicado à comemoração dos 200 anos do nascimento de Karl Marx. Jorge Cunha revisita, não apenas o pensamento de Marx, mas também a Doutrina Social da Igreja, que conheceu desenvolvimentos e aprofundamentos significativos na altura em que o marxismo se transformava na corrente dominante no movimento operário e socialista. A tese do autor é que a Doutrina Social da Igreja não deve ser entendida, apenas, como reacção ao marxismo – como, muitas vezes, tende a ser interpretada –, mas que, também o podendo ser, deve ser compreendida no prolongamento da reflexão secular da Igreja Católica sobre problemas sociais e económicos.

Em «Uma vingança póstuma à metafísica: a relação entre ciência, filosofia e religião a partir da filosofia da natureza de Georg W. F. Hegel», Pedro Lucas Dulci propõe-nos uma análise do pensamento de Hegel, em particular, da sua filosofia da natureza (bem como das complexas relações que, no sistema hegeliano, articulam a natureza e o espírito), mostrando que a circunstância em que Hegel elabora a sua filosofia e os problemas que se propõe resolver têm ainda algumas semelhanças com os nossos. Os núcleos problemáticos que compõem cada um dos elementos que integram a reflexão de Hegel – nomeadamente, a relação entre ciência da natureza e filosofia da natureza, a relação entre ciência e cultura, o processo de dessacralização da natureza em resultado do domínio crescente da ciência e da técnica, a relação entre a subjectividade humana e as suas exteriorizações na vida social –, suscitam ainda, nos dias de hoje, respostas variadas, mesmo que divergentes da proposta hegeliana.

Por fim, o artigo de Samuel Dimas, «A utopia da instauração do Reino de Deus na Terra em Thomas More», propõe-se, à luz de alguns problemas actuais, visitar a clássica obra de Thomas More, *Utopia*, contrastando-a, nomeadamente, com a solução que, para idênticas questões, era oferecida, quase em simultâneo, pelo *Príncipe* de Maquiavel. Procurando evidenciar a actualidade da proposta do pensador inglês, Samuel Dimas defende que a instauração de uma ordem social justa, que se proponha, nomeadamente, um alargamento dos Direitos Humanos, tal como estão consubstanciados nas várias declarações da Organização das Nações Unidas, supõe um procura dos meios que

possibilitem erigir, na Terra, a ordem celestial escatológica imaginada pelo pensamento utópico.

Como era habitual em números anteriores, este número finaliza, também, com resenhas de obras recentes. As três resenhas são da autoria dos investigadores do CEFi Samuel Dimas, Manuel Cândido Pimentel e Maria Inês Bolinhas.

CARLOS MORUJÃO